

S AUSSURE E O CURSO DE
LINGUÍSTICA GERAL
VALORES,
CONFRONTOS,
DESCONSTRUÇÃO

MARIA SILVIA CINTRA MARTINS

S AUSSURE E O CURSO DE
LINGUÍSTICA GERAL

VALORES,
CONFRONTOS,
DESCONSTRUÇÃO

MERCADO®
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Martins, Maria Sílvia Cintra

Saussure e o curso de linguística geral : valores, confrontos, desconstrução / Maria Sílvia Cintra Martins. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2014.

Bibliografia

ISBN 978-85-7591-324-6

1. Linguística – Estudo e ensino 2. Linguística – História
3. Saussure, Ferdinand de, 1857-1913 4. Teoria do conhecimento I. Título.

14-08337

CDD-410.92

Índices para catálogo sistemático:

1. Saussure : Teorias : Linguística 410.92

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

V.R. GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

JANEIRO/2015

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

Em face de certas tendências empiristas presentes nos estudos linguísticos, o significado de um 'retorno a Saussure' deve ser visto como o resultado de uma exigência teórica que vise ao desenvolvimento da Linguística aqui e agora, e não como um simples trabalho do historiador em busca das fontes, ou do exegeta que deseje restituir o pensamento 'autêntico' do mestre de Genebra.

(J.-L. Chiss)

Em todo caso, consagrar a uma doutrina menos estudo do que o necessário para compreender o seu sentido, e ao mesmo tempo criticá-la, é infringir as leis eternas da probidade literária.

Edmund Husserl)

Viver é valorar.

(Gilles Deleuze)

Agradeço aos Professores Ignácio Assis da Silva e Raul Ficker, pelas preciosas contribuições. Também à professora Diana Luz Pessoa de Barros, pela leitura paciente da versão inicial, em forma ainda bastante rudimentar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
------------------	---

PRIMEIRA PARTE: A EXPANSÃO

SOLTANDO AS AMARRAS: ALGUNS PRINCÍPIOS DA FENOMENOLOGIA DA PERCEPÇÃO EM HUSSERL	33
--	----

AMAINANDO	45
-----------------	----

OS TEMPOS: UM MERGULHO NA FÍSICA DO INÍCIO DO SÉCULO XX	49
--	----

ENTRETECENDO	57
--------------------	----

VALORES, MERCADORIAS, FORMAS: O DIÁLOGO SAUSSURE – MARX	69
--	----

SINTAGMA, PARADIGMA, VALORES: SAUSSURE E MALLARMÉ	87
--	----

SEGUNDA PARTE: CONTRAÇÃO

ASPECTOS DA FENOMENOLOGIA	99
A FENOMENOLOGIA DA PAROLE	107
INTENCIONALIDADE OU A SUBJETIVIDADE TRANSCENDENTAL É INTERSUBJETIVIDADE	119
O ALCANCE DA REVOLUÇÃO SAUSSUREANA	123
A FENOMENOLOGIA DO SIGNO LINGUÍSTICO E SUA RADICAL HISTORICIDADE.	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195

INTRODUÇÃO

O volume que trago a público envolve edição revista da dissertação de Mestrado que defendi na década de noventa (Martins 1999). Apresento uma reflexão, de um ponto de vista fenomenológico, a respeito do discurso científico, sem que se busquem verdades inerentes aos Sujeitos, mas, em vez disso, através da descrição de uma realidade mista na qual a verdade surge enquanto relação intersubjetiva, heterogênea.

O “Curso de Linguística Geral”, obra póstuma, resultante de curso ministrado por Ferdinand de Saussure em Genebra, no início do século XX, e publicada por seus alunos, comparece como espaço *sui generis* para essa reflexão, uma vez que certa filtragem, que, conforme discutirei adiante, seria própria ao trabalho de recepção de uma obra, encontra-se presente, de forma inusitada, em suas próprias linhas.

Estabelecendo múltiplas relações interdiscursivas, tento mostrar de que maneira o pensamento de Saussure pode ser visto, pela ótica da epistemê contemporânea, no contato com as obras de Husserl, de Einstein, de Marx, de Mallarmé – ou seja, de alguns dos nomes que fizeram parte de sua contemporaneidade.

Aprofundo a relação Saussure-Husserl e mostro que é possível apreender o pensamento saussureano de uma forma dinâmica, histórica, dialética, dionisíaca, diferente da leitura

da vulgata saussureana, estruturante, apolínea, e, em parte, favorecida pelo próprio trabalho dos editores.

Meu conhecimento inicial do “Curso de Linguística Geral”, de cerca de vinte e cinco anos antes da minha pesquisa efetiva em nível de Mestrado, vinha da época de meu Curso de Letras, na Universidade de São Paulo, na década de setenta. Linguística, então, era apenas uma disciplina obrigatória, com a duração de um ano. Não havia um curso de Linguística, e apenas se escutavam rumores em torno da Semiótica. Aprendíamos, em sala de aula, a respeito daquelas dicotomias saussureanas básicas – significante/significado, língua/fala, sincronia/diacronia – e íamos ao “Curso”, como diz o professor Isaac em seu prefácio à edição brasileira, para “fazer pesquisa”. Assim, era apenas um volume que nos servia para definir melhor, e de forma ainda irrefletida, quais as características próprias da *língua* e que a diferenciam do corpo mais geral da *linguagem*, enquanto conceitos a serem memorizados pelos graduandos com vistas às avaliações acadêmicas, sem qualquer dimensão filosófica ou epistemológica maior.

Éramos jovens, nossa amplitude de leitura ainda era precária, e era ainda cedo (para nós) para conseguir identificar ali mais do que isso.

Passei a lecionar Português na rede de escolas públicas do estado de São Paulo, e a eventualidade de um concurso público a ser prestado já na virada da década de noventa levou-me de volta ao “Curso”. Não que o concurso público para ingresso no magistério estadual incluísse esse volume na bibliografia. Não. Havia constado em concursos anteriores, até o de 1975, depois fora substituído por outros, por certo considerados mais acessíveis em função do perfil dos candidatos que passaram a se submeter a esse tipo de avaliação a partir de então. Porém, àquelas alturas, meu acervo de leituras prévias era outro – já incluía, por exemplo, uma passagem pela literatura de viés marxista e eu tinha algum entendimento a respeito do materialismo dialético.

O “Curso” estava ali no meio dos meus livros, tendo resistido a inúmeras mudanças e a doações de outros tantos volumes. Permanecera, atraindo-me. Como sabia que ali havia um algo mais que, ao menos aparentemente, eu não havia captado em minhas leituras anteriores? Parece que, como diz Drummond, “*De tudo ficou um pouco*”, “*fica sempre um pouco de tudo*”.

Essa segunda leitura, vinte anos depois, provocou em mim novas intuições, uma certa inspiração com relação a algo que pressentia no pensamento saussureano. A obra parecia desorganizada, fragmentada, lacônica e lacunar. Havia trechos inacabados, que seriam completados em outros capítulos; havia contradições e retalhos de ideias a sugerir algo maior, mais completo e coerente. Ora o signo é apresentado como arbitrário, ora como necessário; ora o significado parece poder existir independentemente do significante, ora haveria um elo indissociável entre os dois.

Vieram-me, então, certas cogitações, que depois soube que muitos outros já haviam levantado: era uma obra organizada pelos discípulos, fruto de anotações de curso – qual seria o pensamento exato do mestre? Tratei de reorganizar os conceitos, separando por tópicos, tentando montar um tipo de colagem. Assim, peguei frases de vários capítulos que versavam sobre o tema da *arbitrariedade do signo linguístico* e juntei-as dentro de uma única sequência. Sem dúvida, isso permitiu que se identificassem melhor as contradições, mas, mesmo assim, havia lacunas que não poderiam ser preenchidas aleatoriamente.

Sobravam, ainda, as perguntas: qual era o pensamento exato de Saussure? Como chegar a ele?

Começou, então, a delinear-se uma suspeita, dentro de uma compreensão ainda intuitiva que eu alimentava a respeito da epistemologia dialética: parecia-me que o pensamento do mestre de Genebra era dialético, que as dualidades seriam complementares, e não excludentes, e que, ao serem repassadas pelos discípulos, teriam, muitas vezes, adquirido outro formato.

Porém, também ali, no “Curso”, de tudo restava um pouco e identificavam-se alguns resíduos que pareciam fazer parte da fala original.

A proposta de pesquisa foi aceita no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Unesp de Araraquara, mas meu orientador, o saudoso professor Ignácio Assis da Silva, logo me alertou que, em vez de tentar mostrar qual era o pensamento original de Saussure, relacionando-o ao de Hegel, como pretendia de início, seria melhor ver Saussure através da epistemê contemporânea, através de Merleau-Ponty e outros. Começava a transpiração...

Tive que recorrer, na época, à literatura em língua estrangeira, particularmente em francês e italiano, uma vez que praticamente não havia nada, em território nacional, que apontasse para a direção que eu procurava, de uma retomada da obra de Ferdinand de Saussure. Era muito intensa, na época, a pesquisa em Análise do Discurso voltada para a compreensão do discurso político, e eu chegava a me sentir constrangida quando alguém me perguntava sobre o que versaria minha dissertação de Mestrado, mesmo porque minha idade já era mais avançada em relação à de muitos de meus colegas, e sobrava a impressão de que eu teria parado no passado... Por muita felicidade, grande parte dos “Cahiers Ferdinand de Saussure” constavam do acervo da biblioteca da Unesp de Araraquara; também pude ter acesso a vários números da revista “Language”, e ao volume do “Curso” de De Mauro, que o professor Ignácio me emprestou, sempre me pedindo muito zelo ao manuseá-lo.

Durante o primeiro mês de pesquisa, insisti muito para conseguir ter acesso ao “Mémoire”, pois alimentava, ainda, de início, o propósito de entender Saussure, seja através das linhas mesmas do “Curso”, seja pelo recurso a outras obras do mestre, particularmente a essa, considerada obra de enorme erudição. Quem sabe não seria em meio ao sistema das vogais indo-europeias que eu descobriria uma certa lógica de raciocínio

talvez reencontrável em suas conceituações mais vulgarizadas. Soube, através de uma ex-colega da época da graduação, que hoje reside em Birmingham, que havia um volume na biblioteca de seu município, porém que era muito difícil conseguir ter acesso a ele. Por lá as coisas não funcionavam como aqui, e não seria possível – como eu pretendia – que minha amiga pedisse para xerocopiar algumas páginas do volume de modo a remeter a mim.

Só no decorrer da pesquisa é que, aos poucos, passei a entender, a partir de um ponto de vista fenomenológico, particularmente daquele desenvolvido por Merleau-Ponty, que a leitura do “Curso” de Ferdinand de Saussure não poderia envolver a tentativa de encontrar uma verdade última, que lhe faltaria atribuir; em vez disso, atravessando-o com nossa intencionalidade, tratava-se de atribuir-lhe um dos sentidos possíveis, porém sempre cientes de que partilhamos de certa visada própria da contemporaneidade, da qual Saussure é um dos fundadores. Diferentes interpretações, com base em diferentes perspectivas, contribuiriam para a formação do sentido, por natureza incompleto, imperfeito.

Encontrei esclarecimentos a esse respeito no texto “*Sobre a Fenomenologia da Linguagem*”, de Merleau-Ponty (1984b, p. 132, aspas e ênfase do autor), em que o autor partia do próprio Saussure para fundamentar sua concepção:

(...) – como diz Saussure, os signos são essencialmente “diacríticos”. E, como isso é verdadeiro para todos eles, na língua só há diferenças de significação. Enfim, se ela quer dizer e diz alguma coisa, não é porque cada signo veicule uma significação que lhe pertenceria, mas porque todos juntos aludem a uma significação, sempre em *sursum* se considerados um a um, e rumo à qual eu os ultrapasso sem que nunca a contenham.

Parafraseando Merleau-Ponty, podemos dizer que, se uma obra quer dizer e diz alguma coisa, não é porque cada signo ali presente veicule uma significação que lhe pertenceria, mas porque todos juntos aludem a uma significação, sempre em *surris* se considerados um a um, e rumo à qual eu os ultrapasse, sem que nunca a contenham.

Nesse sentido, eu entendia que estava diante de uma dupla encruzilhada: faria uso da fenomenologia para melhor entender o “Curso”, no qual, entre outros aspectos, parecia-me possível vir a definir uma epistemologia fenomenológica. Além disso, partilhava do problema comum em Semântica: falar da língua servindo-nos da própria língua como instrumento – “O objeto de estudo se confunde com os instrumentos desse estudo: o acusado é ao mesmo tempo seu próprio juiz” (Greimas 1973, p. 21).

Traduzir em outras palavras, interligar textos diversos, descobrir equivalências ou homologias. Dirigia-me ao volume fundador da Linguística contemporânea através de procedimentos que revelam o funcionamento metalinguístico do discurso: definir, expandir, equacionar, desdobrar, desenvolver, traçar equivalências.

Se fosse obra escrita pelo próprio autor, o “Curso” apresentaria, já por natureza, assim como qualquer outro discurso, o procedimento metalinguístico caracterizado por mecanismos de expansão e de condensação (Greimas 1973, p. 100). Além disso, por se tratar de discurso científico e, ainda, com a particularidade da ciência linguística que se dirige à língua como objeto, estaria se propondo como metalinguagem científica, como linguagem terciária, *meta-metalinguagem*, uma vez que a própria metalinguagem seria estudada num nível hierárquico superior.

Caberia a mim, diante de uma obra dessa natureza, identificar isotopias, permanências e variações, de forma a poder empreender a tradução dos conceitos ali presentes, servindo-me, de mecanismos de expansão e condensação,

de definição e denominação, e sujeita, naturalmente, a minha própria perspectiva, ou seja, a transferir para minhas definições e denominações elementos de minha vivência discursiva.¹

O fato, porém, é que, conforme sabemos, aquilo que há no “Curso” como fala original de Ferdinand de Saussure dirigida a seus alunos de graduação em três cursos consecutivos que foram ministrados por ele em Genebra já passou por uma primeira filtragem interpretativa.² O leitor está, com isso, sujeito a um discurso duplamente heterogêneo, em que as definições e denominações já aparecem, muitas vezes, metamorfoseadas, redefinidas, redenominadas. Há uma filtragem intermediária. Não somos os receptores diretos. Alguém nos conta o que lhe contaram. E, como diz o ditado, “quem conta um conto aumenta um ponto” – ou quem sabe o diminui.

Não adotei, assim, o ponto de vista clássico, que me levaria a querer encontrar o discurso original na sua força de criação. Em vez disso, colocando-me do ponto de vista da recepção, tentei indicar, de forma descritiva, como se dão as permanências e variações isotópicas e de que maneira – parece-me ser esse o caso – diferentes isotopias se entrelaçam na constituição do texto do “Curso”. Para isso, no entanto, tive necessidade de recorrer a outros textos, num corte sincrônico, transversal, da contemporaneidade de Saussure, de modo a identificar em que constelação discursiva se apoia determinada isotopia e de que maneira coexiste com outras isotopias.

Em princípio, a escolha da metodologia pode parecer indiferente, uma vez que se pode ter a impressão de que o resultado acabará sendo sempre o mesmo: teremos, seja como for, uma determinação de isotopias diversas e, em última instância,

1. Greimas (1970, p. 10, nota 1) apresenta a seguinte definição de isotopia: “(...) por isotopia entende-se geralmente uma porção de categorias semânticas redundantes, subjacentes ao discurso considerado”.

2. Os cursos deram-se na Universidade de Genebra nos anos de 1906/1907, 1908/1909 e 1910/1911. Saussure faleceu em 1913, aos 56 anos.

acabaremos chegando à definição daquele que poderia ser tido como o discurso criador. Há, no entanto, algumas diferenças fundamentais: por um lado, não tenho a pretensão de mostrar o discurso tal qual se teria dado em sua origem, através da fala do mestre, mas, sim, a partir de sua manifestação e possível interpretação; por outro – e este aspecto talvez seja o mais importante –, com base na fenomenologia poderei descrever o funcionamento metalinguístico do metadiscurso científico como efetivamente se dá, em suas traduções, redefinições e redenominações. É nesse sentido, aliás, que o texto do “Curso de Linguística Geral” se apresenta como um corpus *sui generis*, pois não estamos diante de um texto científico ideal, aparentemente unissêmico, homogêneo, coerente, mas de sua manifestação, da forma como, muitas vezes, é percebido e reestruturado através de redefinições subsequentes.

De toda forma, o que concluí a seu respeito parece-me ser extensivo a discursos científicos em geral que, sob a aparência unívoca, monossêmica, mais ou menos formalizada, comportam os mesmos problemas de filiação a determinadas *constelações discursivas*, assim como, do ponto de vista de sua recepção e retransmissão, encontram-se abertos a múltiplas redefinições e redenominações.

Adotando, assim, o enfoque fornecido pela fenomenologia merleau-pontiana, chamo, com base na leitura do “Curso de Linguística Geral”, a atenção para a heterogeneidade presente no discurso científico, apesar de sua aparência pretensamente lógica, homogênea, monológica. Minha análise serve-se, também, de algumas sugestões provenientes de três outros autores: Michel Foucault (1986), Michel Pêcheux (1970) e Jacqueline Authier-Revuz (1982), que foram aqueles a que recorri, de forma especial, na redação de minha dissertação de Mestrado. Naquele momento, ainda Mikhail Bakhtin não tinha uma presença marcante em meu horizonte reflexivo, motivo por que não o trarei para a orquestração de vozes que se fizeram

presentes nas minhas divagações em torno do “Curso de Linguística Geral” – embora reconheça, hoje, que os conceitos de *dialogismo* e de *polifonia* também poderiam ser explorados de forma enriquecedora para tecer as análises que empreendi na época. Comentários meus a respeito das críticas de Bakhtin ao pensamento de Ferdinand de Saussure aparecerão, em razão disso, apenas em anotações secundárias.

Em “A Arqueologia do Saber”, Michel Foucault (1986) propõe um novo tipo de leitura, que não se atenha às palavras em sua materialidade, nem às proposições e a seu valor de verdade, mas que nos remeta a relações enunciativas que transcendam um texto único e que nos conduzam ao espaço da *formação discursiva*.

Não mais a obra, não mais o autor, tampouco a busca de um discurso original e verdadeiro, das palavras exatas que o autor quis pronunciar. Em vez disso, abrindo fronteiras e derrubando barreiras, provocar dispersões, o que nos conduz à interdisciplinaridade, à procura do sentido do *um* na verdade do *outro*.

Negligencia-se a hierarquia vertical das proposições, mas também a lateralidade das frases. Instaure-se um novo espaço *diagonal*, em que vigoram os *enunciados*.

Para Foucault, os *enunciados* são essencialmente raros. A lei da *raridade* é um dos traços que os opõe às proposições e às frases. Enquanto a contradição e a abstração são inerentes à própria existência das frases e das proposições (as primeiras sempre se opõem uma à outra, já as proposições superpõem-se umas às outras), não há espaço para o virtual ou para o possível nos enunciados: tudo é real, os enunciados distribuem-se num espaço de *raridade*, de *dispersão*, que forma a *positividade* que lhes é própria.

Três espaços podem ser traçados ao redor de um enunciado: um espaço colateral ou associado, um espaço correlativo e um espaço complementar. Darei particular atenção ao primeiro, formado por outros enunciados que fazem parte do

mesmo grupo, de um meio de dispersão e de heterogeneidade, não de homogeneidade: cada enunciado relaciona-se, através de regras de passagem (vetores), com enunciados heterogêneos. Cada enunciado passa a ser uma multiplicidade, o que é diferente de se dizer que pertence a um sistema, ou a uma estrutura.

O espaço correlativo diz respeito aos sujeitos, aos objetos e aos conceitos dos enunciados. Os enunciados trazem em si, como derivadas, funções do sujeito, de objeto e de conceito. O Sujeito passa a se localizar na espessura de um murmúrio anônimo.

O espaço complementar inclui as formações não discursivas: instituições, eventos políticos, práticas e processos econômicos. Os meios não-discursivos não são nem interiores, nem exteriores ao grupo de enunciados; constituem o limite, o horizonte sem o qual esses enunciados não poderiam aparecer. Dessa forma, não aparecem como contexto, como explicação causal ou determinismo exterior.

Na multiplicidade de enunciados, detectam-se regularidades, fenômenos de *isomorfismo* ou de *isotopia*. Estamos, no entanto, além do Estruturalismo, uma vez que se propõem *multiplicidades*, *dispersões*, dimensões que não são inteiramente estruturadas: enquanto a estrutura é de caráter axiomático e forma um sistema homogêneo, o enunciado é uma multiplicidade que cruza um domínio de estruturas, que atravessa níveis heterogêneos.

O *enunciado* não é imediatamente visível, muito embora não se trate de um sentido oculto, de um elemento escondido, de um não-dito. Não possui uma existência latente, uma vez que diz respeito ao que é efetivamente dito. Os brancos, as lacunas não se devem confundir com significações secretas, mas devem ser vistos como parte do espaço de dispersão em que cada enunciado se relaciona com outros enunciados, com o heterogêneo. O enunciado não é imediatamente perceptível, pois está sempre recoberto por frases e proposições. Embora

seja real, faz-se necessário, no entanto, localizá-lo, inventá-lo, descobrir seu fundamento, constituir uma multiplicidade. Temos, assim, que partir das palavras, das frases e das proposições, e delas extrair os enunciados.

O *enunciado* é, dessa forma, uma *função*, que atravessa a frase, dando-lhe sentido, e a proposição, estabelecendo sua forma de verdade. Sem se confundir com os signos, apoia-se num conjunto de signos. Além disso, o *enunciado* inscreve-se num *campo associado* formado por uma trama complexa de outras formulações de uma mesma *formação discursiva*, na qual todo enunciado reatualiza outros enunciados. Assim, apesar de todas as possíveis diferenças de enunciação, poderemos repetir um certo enunciado como sendo o mesmo por estar inserido em certo campo de estabilização; por outro lado, apesar de identidades semânticas, gramaticais ou formais, esse mesmo campo pode definir um limiar a partir do qual não há mais equivalência, sendo preciso reconhecer o aparecimento de um novo enunciado.

A leitura de “A Arqueologia do Saber” viria, assim, confirmar minhas intuições iniciais e dar-lhes um formato mais preciso. Como propunha o filósofo, era necessário abrir mão, ao menos provisoriamente, das classificações tradicionais, do próprio conceito de tradição, e propiciar que fossem estabelecidas relações inéditas, dentro de um intuito não de sedimentação, mas de dispersão. Aquele Saussure vulgarizado nos manuais, nas introduções à Linguística, devia ser revisto. A própria unidade do livro ou da obra deveria, por ora, ficar em suspenso. Urgia abandonar, por questões de método, mesmo que só provisoriamente, as relações e concepções tradicionais: Saussure/Durkheim, Saussure/positivismo, ou Saussure das abstrações, dualidades língua/fala, signo arbitrário etc. Deixar tudo em suspenso e buscar novas relações, dispensar, dispersar...

Deixemos falar um pouco o filósofo: “(...) não mais a pesquisa dos começos silenciosos, não mais a regressão sem

fim em direção aos primeiros precursores, mas a identificação de um novo tipo de racionalidade e de seus efeitos múltiplos” (Foucault 1986, p. 4). Dentro dessa ótica, não nos interessaria propriamente saber como se deu a gênese do pensamento de Saussure, ou exatamente o que ele quis dizer: “(...) deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como excluí qualquer outro (...)” (Foucault 1986, p. 31).

Outro – em relação a quê? Saussure estaria mais próximo do positivismo, da Metafísica, da Lógica formal, ou da Dialética e da Fenomenologia? Faria acaso parte da *mutação epistemológica* que Foucault (1986, p. 14) cita, fazendo-a remontar a Marx e dizendo que ainda estaria em andamento, sendo gestada, como se houvesse uma “repugnância singular em pensar a diferença, em descrever os afastamentos e dispersões, em desintegrar a forma tranquilizadora do idêntico?” Talvez por isso encontramos tantas contradições no decorrer do “Curso”, em virtude dessa *repugnância* em pensar o novo: “É como se tivéssemos medo de pensar o outro no tempo de nosso próprio pensamento”.

Destaco mais um trecho:

(...) uma vez retomada, situada e interpretada em uma nova constelação, uma dada formação discursiva pode fazer aparecerem possibilidades novas (...); mas não se trata de um conteúdo silencioso que teria permanecido implícito, que teria sido dito sem sê-lo, e que constituiria, sob enunciados manifestos, uma espécie de subdiscurso mais fundamental, voltando agora à luz do dia; trata-se de uma modificação no princípio de exclusão e de possibilidade das escolhas, modificação que é devida à inserção em uma nova constelação discursiva. (Foucault 1986, p. 74)

À luz de “A Arqueologia do Saber”, concluí que seria necessário atribuir um novo *valor* ao pensamento de Saussure,

inserindo-o em uma nova constelação discursiva, o que traria à tona possibilidades novas, não como eu pretendia no início, pela reorganização ingênua dos retalhos com base na própria obra, ou tentando captar nuances de pensamentos nas entrelinhas da obra, mas, sim, tratando de propor novas relações.³

Em “O Discurso: Estrutura ou Acontecimento”, Michel Pêcheux (1970) também se refere à *heterogeneidade* como possibilidade de leitura, de interpretação, à presença do outro no discurso, fato que reduziria ao *equivoco* toda tentativa de expressão através da linguagem. Se, para Foucault, uma relação *diagonal* deve ser estabelecida entre enunciados diversos para que se possa efetivamente saber de que se fala, para Pêcheux os objetos estão inscritos em uma filiação e ninguém pode estar seguro do sentido exato a ser atribuído às palavras – como se elas já o portassem de antemão.

A pergunta “Estrutura ou Acontecimento?” pareceu-me particularmente fértil. Todo discurso está fadado ao equivoco e depende, por isso mesmo, da inscrição numa série para poder ser compreendido? Ou cada discurso é como um aerólito miraculoso à espera de sentidos que lhes podemos emprestar?

Em seu questionamento, Pêcheux descarta a explicação fácil que atribuiria a cobertura lógica de regiões heterogêneas do real a coerções impostas do exterior por um “Príncipe mistificador” – representado por cientistas ou especialistas. Em vez disso, pondera que o assim denominado *sujeito pragmático* teria uma necessidade imperiosa de homogeneidade lógica, fato que acaba conduzindo – até nas conversas mais cotidianas – a uma simplificação unívoca.

Pêcheux ilustra sua tese com a forma como se deu a recepção da obra de Marx pelos que se diziam marxistas, o que

3. No decorrer da pesquisa, tive conhecimento de texto de Rudolf Engler em que o autor também tentou compreender a reorganização de trechos do “Curso” de forma a elucidar o conceito de *arbitrariedade* (Engler 1962).

conduziu a tais equívocos, a ponto de Marx não se considerar marxista... E pondera que os praticantes de uma teoria naturalmente emprestam ou trazem para sua leitura uma série de instrumentos do mundo social-histórico existente (no caso, pré-marxista). Não se pode negar o peso do passado, e os aparelhos de um mundo que se quer novo trazem as marcas das estruturas anteriores.

Por outro lado, no entanto, ou seja, do lado do acontecimento, toda interpretação deve supor um real não-logicamente-estável, que não é um defeito, mas que é constitutivo do saber e que, sendo estranho à univocidade lógica, também produz seus efeitos de certa forma inesperados. O *equivoco* passa a fazer parte da natureza da língua, não sendo mais considerado como fruto de um deslize, de má interpretação, mas como fato estrutural inerente à ordem do simbólico.

Há, assim, dois espaços que cruzam o objeto da Linguística, dividido entre Estrutura e Acontecimento: a manipulação das significações que passam a ser estabilizadas, normatizadas, por um lado; a transformação do sentido, que passa a se lançar indefinidamente através de novas interpretações, por outro. Quando o logicamente estável não se impõe com toda sua força, o sentido escapa, transborda, e todo enunciado (usado aqui em seu sentido linguístico mais convencional, e não foucaultiano) está sujeito ao equívoco, a se deslocar, descolar, decolar, derivar rumo ao outro.

A interpretação dá-se através da presença do outro, como identificação ou transferência. É a relação que abre a possibilidade de interpretar. As coisas-a-saber fazem parte de *redes de memória*, de filiações identificadoras. Diante dessa presença do outro (que Pêcheux chama de *virtual* e Foucault, de *real*) enquanto pluralidade contraditória (que Foucault denomina *rara*) de filiações históricas, a *ciência régia*, como um fantasma, vem negar o equívoco e passar a ilusão de que é possível saber do que se fala.

Guardarei de Pêcheux o seguinte trecho:

A posição de trabalho que aqui evoco em referência à análise do discurso não supõe de forma alguma a possibilidade de algum cálculo dos deslocamentos de filiação e das condições de felicidade ou de infelicidade eventuais. Ela supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados. (Pêcheux 1970, p. 57)

Pêcheux alerta para o risco de se inscrever determinado discurso em certa série, pois esta tende a funcionar como *transcendental histórico*, memória antecipadora do discurso em questão, absorvendo, assim, o acontecimento na estrutura. Por isso, sem pretender que o discurso viesse a ser como um *aerólito miraculoso*, sublinha o fato de que, por sua própria existência, todo discurso traz, em si, a possibilidade de uma *desestruturação-reestruturação* de suas redes e trajetos.

Mais tarde eu saberia que a própria pergunta que Pêcheux propõe – Estrutura ou Acontecimento? – já possuía uma história entre os filósofos, e a reencontrei em Lévi-Strauss, em conjunto com o conceito de *bricolagem*.

Lévi-Strauss (1964) explica que, originalmente, o verbo “bricoler” era usado no sentido de movimento incidente, como no caso do cavalo que, na equitação, sai da linha reta para evitar um obstáculo. Hoje, “bricoleur” é o que trabalha com as mãos, servindo-se de meios próprios, sem planejamento prévio e sem fazer uso de procedimentos tecnológicos. Não usa matérias primas, apenas restos, sobras.

Segundo o antropólogo francês, o pensamento mítico consistiria de uma espécie de “bricolagem intelectual”, já que se expressa através de um repertório de composição heteróclita que, embora amplo, é limitado e, de qualquer maneira, é o único de que pode se valer. O universo instrumental do bricoleur seria,

nessa medida, fechado e a regra do jogo é sempre virar-se com o que se tem. O conjunto de seus meios não se define por um projeto, mas por sua instrumentalidade, isto é, os elementos se conservam em razão do princípio de que “para algo haverão de servir”.

Manifestando-se como forma intelectual da bricolagem, o pensamento mítico elabora conjuntos estruturados, não diretamente com outros conjuntos estruturados, mas utilizando resíduos e restos de acontecimentos:

O pensamento mítico, este bricoleur, elabora estruturas com base em acontecimentos, ou melhor, resíduos de acontecimentos, enquanto que a ciência (...) cria, em forma de acontecimentos, seus meios e seus resultados, graças às estruturas que fabrica sem trégua, e que são suas hipóteses e suas teorias. Mas não nos enganemos: não se trata de duas etapas, ou de duas fases da evolução do saber, pois as duas ações são igualmente válidas. (Lévi-Strauss 1964, pp. 42-43)

Com base nas sugestões de Michel Pêcheux (1970, p. 33) em “Discurso: Estrutura e Acontecimento”, no que concerne ao recobrimento de regiões heterogêneas do real por certa homogeneidade lógica (“uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica”), passei a entender que seria possível apontar, nas linhas do “Curso”, de forma descritiva, a existência de uma mistura de elementos pertencentes a um pensamento emergente, acontecimental, com características complexas, provavelmente dialéticas, com outros advindos, dentro da hipótese que eu construía, da formação discursiva anterior: ao lado de palavras de uma nova *formação discursiva*, coexistiriam palavras de outra formação anterior. Haveria, nas linhas desse volume fundador da Linguística contemporânea, um amálgama de ideias que, por natureza, seriam contraditórias e que, no entanto, postas de forma emaranhada, retratam mais fielmente

o discurso científico, em suas descontinuidades, em suas simultaneidades: o novo que traz em si a memória do antigo que não se apagou e que o contagia, envolvendo-o.

Foi dessa forma que aquilo que parecia, a princípio, um problema a ser superado (as contradições, as lacunas) revelou-se como espaço particularmente fértil na compreensão de como se dão as descontinuidades no discurso científico. O “Curso”, sob essa nova ótica, passava a representar uma ocorrência singular em que as descontinuidades apareciam dentro da própria obra. Como se tratava da versão que os alunos quiseram repassar a respeito daquilo que o professor (o mestre) teria dito, passei a suspeitar que este pretendeu fundar algo novo, acidentalmente, ao passar pelo mundo perceptivo de seus discípulos, teria adquirido, ao menos em parte, certo viés estruturado, uma vez que estes, assim como o *bricoleur* – e parafraseio agora Lévi-Strauss – serviram-se de seus recursos, isto é, daquilo que tinham, e juntaram os destroços de acontecimentos a seu todo pré-estruturado.

Pareceu-me, de resto, que era a isso que Claudine Normand (1978a, p. 38), à sua maneira, se referiu nas seguintes palavras: “Saussure não poderia ser lido senão através da referência aos contemporâneos (predecessores, discípulos e adversários, leitores) que manifestam, todos, em algum grau, uma exigência de teoria (...)”. E, em outro momento:

Encontramos o tempo todo a mesma superposição (ou encavalamento) de termos sociológicos (mais ou menos misturados com Psicologia Social, disciplina de ponta) – que se originam daquilo que eu chamaria a grade teórica dos linguistas da época – com termos semiológicos mais ou menos coerentes com os primeiros, os quais definem, de fato, um outro terreno, elaborando uma nova conceituação. Podemos imaginar que, com base na dualidade desse discurso, os editores teriam posto maior ênfase sobre aquilo que se

coadunava com sua própria grade teórica, em detrimento da novidade semiológica. À revelia dos protagonistas, o confronto do antigo com o novo, na teoria, produz-se geralmente de forma mascarada. (Normand 1978b, p. 71)⁴

Bricolagem. Adaptação do novo ao antigo. Procedimento segundo o qual recorreremos a nossos conhecimentos antigos para poder entender o novo. Maneira pela qual recebemos, percebemos o novo, juntando-o a retalhos, a restos, ao que temos. Reaproveitamento de nossas reservas para nelas encaixar o novo.⁵ Estrutura e acontecimento. Apolo e Dioniso.

O trabalho de Authier-Revuz (1982), “Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva”, aproximou-me ainda mais do questionamento da pretensa objetividade e univocidade do discurso científico. Passando em revista noções emprestadas de Bakhtin e de Lacan, a autora chega à constatação de que a heterogeneidade mostrada seria uma forma de *denegação* da *heterogeneidade constitutiva*: ao fazer uso de glosas, de discurso indireto, de referências explícitas ao *outro*, o locutor estaria salvaguardando o restante do discurso de qualquer interferência, uma vez que o *outro*, ao menos aparentemente, permaneceria circunscrito a certos limites. Segundo a autora, no entanto, todo discurso seria, por natureza, heterogêneo. É dessa forma que haveria, na metalinguagem científica, em graus de maior ou menor formalização, um mascaramento, uma camuflagem dessa polissemia, dessa polifonia, ou seja, da invasão de discursos alheios. É dessa forma que também o discurso científico, ao se afirmar universal, unívoco, objetivo, mascararia a *heterogeneidade*

4. Todos os excertos de obras estrangeiras que aparecem aqui foram traduzidos por mim para a língua portuguesa com a finalidade desta publicação.

5. A esse respeito, Thomas Kuhn (1987, p. 148) pondera: “(...) somos levados a suspeitar de que alguma coisa semelhante a um paradigma é um pré-requisito para a própria percepção. O que um homem vê depende tanto daquilo que ele olha como daquilo que sua experiência visual-conceitual prévia o ensinou a ver”.

implícita, constitutiva de todo e qualquer discurso. Baseando-se em Mikhail Bakhtin, a autora pondera:

Nenhuma palavra vem neutra do dicionário, elas são todas habitadas pelos discursos onde já viveram sua vida de palavras, e o discurso se constitui, assim, como um encaminhamento dialógico, feito de acordo, rejeição, conflito, compromisso... no entremeu dos outros discursos (...). (Authier-Revuz 1982, p. 140)

Mais uma vez, e com base nessas constatações, eu chegava à conclusão de que o texto do “Curso de Linguística Geral” manifestava uma forma duplamente heterogênea. Primeiro, porque, conforme tentarei mostrar, certos termos aparentemente unívocos ou despojados do contato com o outro, os quais teriam sido adotados por Saussure – como, por exemplo, “entidades concretas” ou “sincronia” – denunciam uma filiação a certa *constelação discursiva*, e, com isso, são heterogêneos, ou seja, são habitados por discursos alheios; segundo, porque os procedimentos metalinguísticos de definição, denominação, reformulação ou paráfrase presentes no texto denunciam outras filiações, ou seja, a presença de outra isotopia, de outra filtragem, de tal maneira que os mesmos termos aparecem diversamente transcodificados.

Vale notar que um dos aspectos que me chamou, logo de início, a atenção foram as notas de rodapé do “Curso de Linguística Geral”, particularmente a nota (1) no Capítulo II (“Imutabilidade e Mutabilidade do Signo”), inserida por parte dos organizadores:

Seria injusto censurar a F. de Saussure o ser ilógico ou paradoxal por atribuir à língua duas qualidades contraditórias. Pela oposição de dois termos marcantes, ele quis somente destacar uma verdade: que a língua se transforma sem que os indivíduos possam transformá-la. Pode-se dizer também que ela é intangível, mas não inalterável.

A nota em pauta tenta restaurar certa homogeneidade no texto original, livrando-o de um possível absurdo. O texto diz:

O tempo, que assegura a continuidade da língua, tem um outro efeito, em aparência contraditório com o primeiro: o de alterar mais ou menos rapidamente os signos linguísticos e, em certo sentido, pode-se falar, ao mesmo tempo, da imutabilidade e mutabilidades do signo. (Saussure 1975, p. 89)

Esta tentativa de reconstituição de certa lógica necessária ao texto pareceu-me, desde logo, um indício de que *constelações discursivas* diversas estavam em jogo e de que talvez o pensamento dialético do mestre, em sua força evenemencial, não fosse devidamente assimilado por seus discípulos. Daí a tentativa do estabelecimento de uma outra racionalidade. Ou seja, nos termos propostos por Authier-Revuz, podemos dizer que a heterogeneidade mostrada – no caso, manifesta na nota de rodapé – tentava, de alguma forma, mascarar a heterogeneidade constitutiva, presente em todo o texto do “Curso”, de forma a manter, pelo esforço dos editores e também dos organizadores, certa homogeneidade e univocidade.

Foi com base nos pressupostos que acabo de apresentar que me pareceu importante propor uma leitura do “Curso de Linguística Geral”, com vistas a proporcionar a abertura, a desestruturação das redes e trajetos deixados pela leitura mais convencional dessa obra, que caracteriza a vulgata saussureana. Adotei, de forma proposital, para o intuito de pesquisa que eu alimentava, a edição brasileira do “Curso de Linguística Geral” (1975), na convicção de que, para além de um estudo propriamente filológico, de estabelecimento de texto, havia a necessidade de propor novas funções enunciativas, de provocar um diálogo do texto do “Curso” com outros textos pertencentes à mesma *formação discursiva*. Nesse sentido, meu estudo diferia daquele proposto por Bouquet (2000), ao qual tive acesso num momento em que ainda não havia sido traduzido entre nós.

A noção de *heterogeneidade* ensinava-me que a equação metalinguística se traça entre este e o outro, que está ausente. Paradoxalmente, também era a isso que Saussure aludia, ao afirmar: “Deve-se procurar a unidade concreta fora da palavra” (Saussure 1975, p. 122). Seja como for, foi o que tratei de fazer: tratei de procurar equivalências fora das linhas do “Curso”, em outras linhas, dentro de um corte sincrônico, transversal na contemporaneidade de Saussure. Almejava, com isso, chamar a atenção para outros aspectos que podem ser percebidos em sua obra, e que transcendem aqueles elementos tão frequentemente combatidos nela, quais sejam:

1. A *língua* seria uma entidade abstrata;
2. Não faria sentido a suposta separação entre *língua* e *fala*;
3. A concepção de Saussure seria subjetiva, não seria histórica, não seria social;
4. Sua visão da *língua* e do *signo linguístico* seria estática;
5. Seria absurda a separação dos dois eixos, *sincrônico* e *diacrônico*;
6. O *signo linguístico* seria uma relíquia da Metafísica.

À medida que desvendava outras possíveis equivalências, conseguia desestabilizar, ao menos provisoriamente, essas crenças, já há muito estabelecidas, estruturadas, a respeito do “Curso”. Lembro mais uma vez, no entanto, que não se tratava de desvendar o verdadeiro Saussure por trás das mistificações. Tratava-se, em vez disso, de mostrar como diferentes discursos – ou talvez seja melhor dizer *isotopias* – encontravam-se misturadas nas linhas do “Curso”. Não alimentava, portanto, o propósito de apontar para um deslize, para um erro de interpretação, ou de tentar desfazer as contradições presentes nas próprias linhas do “Curso”. Em vez disso, queria apenas chamar a atenção, tanto para o caráter *evenemencial* do discurso saussureano (em acordo

com Dioniso), quanto para a homogeneização lógica, para a higienização que recobre esse discurso (na linha de Apolo).⁶ Passei a compreender, de toda forma, que não se tratava de uma eventualidade, que tivesse atingido, por acaso, apenas a obra de Ferdinand de Saussure; trata-se de fenômenos de conotação sócio-histórico-discursiva, que estão em contínuo funcionamento, e que deverão atuar, à sua maneira, na forma de circulação das obras de um Greimas, de um Hjelmslev, de um Husserl, de um Merleau-Ponty, de Marx, de Bakhtin, de toda e qualquer obra, enfim, seja ela de teor científico, filosófico, ou não; pretenda-se ou não como discurso monológico ou soberano.⁷

O trabalho compõe-se de duas partes. Na Primeira Parte, que denomino *expansão*, provooco uma abertura no “Curso de Linguística Geral”, no sentido foucaultiano de derrubar barreiras e estabelecer algumas possíveis relações enunciativas do “Curso” com outras obras da contemporaneidade de Saussure. Mostro algumas possíveis analogias entre os pensamentos de Saussure, de Husserl, de Einstein, de Marx, de Mallarmé. Na Segunda Parte, que denomino *contração*, trato de aprofundar um desses confrontos, escolhendo apenas a relação Saussure-Husserl.

Por ora, apenas aludo às reelaborações metalinguísticas que se dão nas linhas do “Curso”, deixando, como sugestão para eventual trabalho posterior, o levantamento detalhado de isotopias pertencentes a diferentes constelações discursivas.

6. Chamo a atenção para o fato de que só mais tarde pude aprofundar meu conhecimento da mitologia grega e compreender que mesmo Apolo e Dioniso são entidades heterogêneas.

7. É nesse sentido, aliás, que hoje vejo os conceitos de “desconstrução” e de “autoimunidade” (Derrida, 2001, 2005) como particularmente propícios para se pensar sobre esses fenômenos, de tal maneira que, embora não tenha partido da arcabouço teórico derridiano para efetuar meu trabalho, é a isto mesmo que me refiro aqui, à desconstrução, aos contínuos deslocamentos inerentes aos processos tradutórios que fazem parte da ontologia da própria linguagem.